



Número: **0800004-11.2020.8.18.0039**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Barras**

Última distribuição : **07/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCIO BARBOSA DA SILVA (AUTOR)		CARLA YOHANNA MOREIRA GONCALVES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
1968882	01/09/2021 11:00	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª Vara da Comarca de Barras**  
Rua São José, 864, Centro, BARRAS - PI - CEP: 64100-000

**PROCESSO Nº: 0800004-11.2020.8.18.0039**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: MARCIO BARBOSA DA SILVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**SENTENÇA**

**1) RELATÓRIO**

Vistos, etc.

Não havendo nos autos elementos que evidenciem a falta de pressupostos para sua concessão, defiro a gratuidade da Justiça pleiteada pela parte autora, em obediência ao art. 99, §2º, do CPC/2015.

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, ajuizada por **MARCIO BARBOSA DA SILVA** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, qualificados nos autos.

Alega o requerente, em síntese, que sofreu um acidente de trânsito em **22 de julho de 2019**. Foi submetido a procedimento cirúrgico no rosto, devido a fraturas nos ossos do local e por esse motivo encontra-se incapacitado para ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura. Requereu ao final a concessão das benesses da justiça gratuita, a citação da Requerida para contestar e que seja condenada a pagar a indenização do seguro DPVAT no a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros, correção monetária, custas e honorários advocatícios e demais incidências.

Juntou os documentos de ID nº 7773903 e ID 8639464(negativa administrativa de pagamento)

A parte ré juntou contestação ID nº 10015217

Laudo pericial de ID nº 15278334, informando que há lesão decorrente de acidente com veículo automotor de via terrestre e concluindo pela existência de lesão parcial incompleto (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima) e assinalando que o segmento anatômico acometido é lesão de estruturas abdominais e no percentual de 50 % (cinquenta por cento).

As partes não se manifestaram sobre o laudo pericial.

É o relato. Decido.

## **2) FUNDAMENTAÇÃO**

### **2.1) DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML E DO LAUDO PRODUZIDO UNILATERALMENTE PELO AUTOR**

A parte ré sustenta que o autor não apresentou laudo do IML que comprovasse sua invalidez permanente, inviabilizando a constatação da veracidade de suas alegações. Aduz ainda a invalidez de laudo médico produzido unilateralmente pelo autor.

Entendo que tais alegações não se sustentam, ante a produção de prova pericial que permite a constatação da alegada invalidez, devendo ser analisado o mérito da questão de acordo com a prova produzida.

### **2.3) DA INDENIZAÇÃO**

Realizada perícia (ID nº 15278334), foi aferido que a parte autora, em virtude do referido acidente, foi acometida de lesão parcial incompleta (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima) e assinalando que o segmento anatômico acometido é lesão de estruturas abdominais e no percentual de 50% (cinquenta por cento).

A Lei nº 6.194/74, com as alterações trazidas pelas Leis nº 11.482/07 e nº 11.945/09, distingue as invalidezes total e parcial, bem como as gradações das invalidezes parciais em completas e incompletas, subdividindo, ainda, a invalidez parcial incompleta conforme o grau de lesão, com base no art. 3º, § 1º, II, da Lei em comento, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais.

Destarte, nos casos de invalidez permanente parcial completa, o valor da indenização é estabelecido pela tabela prevista no anexo do art. 3º da Lei nº 6.194/74, incluída pela Lei nº 11.945/09.

Já nos casos de invalidez permanente parcial incompleta, em conformidade com o grau da intensidade da lesão utilizam-se as percentagens da referida tabela, que serão reduzidas gradativamente, correspondendo a: 75% se a invalidez causar perda intensa, 50% se a perda for média, 25% se a perda for leve e 10% se a perda for residual.

Nesse sentido, aplica-se a Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça: “*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.*”

Dessa forma, inicialmente o dano deve ser enquadrado no item “Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais (...)”, aplicando-se o percentual de 100% sobre R\$ 13.500,00, conforme a tabela da Lei nº 6.194/74. Em seguida, deve incidir o percentual de 50% (perda média) sobre o valor obtido, em consonância com o comando do art. 3º, §1, II, da referida lei. Realizado tal cálculo, chega-se ao quantum indenizatório de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Ante a comprovação do pagamento da quantia de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) informação, inclusive, trazida pela própria autora em sua petição inicial, deve a parte ré ser condenada ao pagamento do montante de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), correspondente à diferença entre o valor devido e o valor pago.

### 3) DISPOSITIVO

Isto posto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, **julgo PROCEDENTES EM PARTE os pedidos autorais, para condenar a ré a realizar o pagamento de indenização de seguro DPVAT, no montante de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)**, consoante disposto no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com incidência de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação (art. 405 do Código Civil) e correção monetária através da aplicação da tabela de fatores de atualização monetária publicada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí desde o evento danoso (19/12/2014) até o efetivo pagamento.

Condeno a suplicada ao pagamento de custas e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação.

Transitado em julgado esta, dê-se baixa na respectiva distribuição, após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independente de nova conclusão.

Publique-se, registre-se, intimem-se. Cumpra-se.

**BARRAS-PI, 30 de agosto de 2021.**

**Melissa de Vasconcelos Lima Pessoa**  
**Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de Barras**

